

# a abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982

renato boschi

## Introdução

Ocorreram mudanças estruturais de vulto na estrutura social brasileira durante a década de 70 que estão ainda por serem estudadas em detalhes. As transformações seriam de tal ordem e magnitude que, muito provavelmente, situariam a sociedade num patamar distinto (Santos, 1985). Uma das mais importantes transformações, com amplas implicações econômicas e sociais, diz respeito a aumentos sensíveis na taxa de urbanização.

Já em 1970 os resultados do censo indicavam que a maioria da população era urbana. Conquanto os dados para 70 revelassem que cerca de 38,5 % da população urbana vivia em cidades de 20.000 habitantes ou mais, o censo de 1980 revelou que 75 % da população urbana residiam em cidades com mais de 100.000 habitantes. Esta cifra sugere um padrão combinado de crescimento urbano caracterizado pela tendência tanto à concentração populacional em grandes áreas metropolitanas quanto ao aumento no número de cidades de porte médio (Faria, 1983, p. 118-183).

Uma dimensão da sociedade brasileira que certamente se tornou mais complexa como resultado dos notáveis fluxos populacionais durante esse período de tempo é a própria estrutura de classes. Há indicações quanto à emergência de uma nova classe média possivelmente fruto da combinação de dois processos: de um lado, teria havido um fluxo de indivíduos com mobilidade ascendente para o âmbito de profissões assalariadas; de outro, teria ocorrido uma tendência a que segmentos da velha classe média urbana experimentassem um movimento descendente. De fato, tal como demonstrado em recente análise de dados do censo de 1980, existiria um número de traços indicando essa e outras novas configurações na estrutura de classes urbana (Hasenbalg & Silva, 1984).

Em primeiro lugar, houve um crescimento desproporcional do setor terciário que aumentou 79 % entre 1970 e 1980, então absorvendo 45,7 % da população economicamente ativa. Dentro do terciário deve-se observar um declínio nas ocupações por conta própria, uma expansão do emprego na administração pública e também no consumo de serviços coletivos (Hasenbalg & Silva, 1984, p. 3-9).

Dentro deste processo geral, a evolução do componente administrativo e técnico-científico da estrutura ocupacional é bastante significativa no que diz respeito à presença de uma nova classe média. A participação desses dois grupos de ocupações na população economicamente ativa cresceu de 11,1 % em 1960 para 19,1 % em 1980. No grupo dos administradores a participação proporcional mais que triplicou durante o período. Ocupações burocráticas de rotina e técnico-científicas duplicaram a sua participação proporcional: 2,5 milhões de pessoas tinham essas ocupações em 1960, comparadas com 8,2 milhões em 1980 (Hasenbalg & Silva, 1984, p. 11-12).

É também interessante observar o aumento notável nos estratos não-manuais urbanos direta e indiretamente ligados à grande empresa e ao setor governamental. Hasenbalg e Silva apontam a rápida burocratização da sociedade como um traço fundamental no padrão de desenvolvimento nos anos 70. O número de administradores e profissionais liberais subiu de 924.302 em 1970 para 2.549.917 em 1980, desta forma duplicando a participação relativa desse estrato na população economicamente ativa (Hasenbalg & Silva, 1984, p. 22 e 54).

No que se refere a padrões de mobilidade, surpreende o fato de que os fluxos ascendentes correspondam a 46 % dos casos da amostra coletada pelo IBGE em 1983 (PNAD) analisados por Hasenbalg e Silva. As ocupações clericais não-manuais exercem enorme atração nos fluxos para fora dos estratos manuais urbanos, recrutando 20 % dos indivíduos

naquela categoria. Por outro lado, apenas cerca de metade dos filhos de profissionais liberais mantiveram uma posição equivalente à de seus pais, sendo que 28 % destes descem para a categoria de trabalhadores manuais (Hasenbalg & Silva, 1984, p. 25).

Há boas razões para se supor que as políticas recessivas que inauguraram a década de 1980 teriam desacelerado, senão mesmo revertido, algumas dessas tendências indicativas da expansão das classes médias urbanas. Parece ser o caso de que o padrão de crescimento econômico na última década tenha levado a uma expansão da classe média urbana durante os anos do "milagre" e à sua subsequente proletarização nos anos que se seguiram à recessão do início dos anos 80. Isso significa que quaisquer possam ter sido os ganhos auferidos por esse segmento social durante um período limitado de tempo, a partir de certo momento passou a enfrentar exclusão econômica progressiva. Não é de se surpreender, portanto, que nos realinhamentos sociais e políticos em curso, a classe média esteja emergindo como um importante ator político que se opõe ao regime autoritário pressionando pela expansão das liberdades democráticas. Neste sentido seu papel pode ser decisivo nos contornos futuros da sociedade brasileira.

A análise neste trabalho tentará iluminar alguns dos principais traços do processo associativo no Brasil, tendo como foco as práticas políticas da classe média urbana que se caracterizaram pela formação de associações de bairro, associações profissionais e pelo novo sindicalismo de profissionais assalariados no período imediatamente anterior à inauguração da Nova República, ou seja, a fase da abertura política entre 1977 e 1982. O propósito do artigo é estabelecer alguns nexos entre o surto associativo expresso pelas novas formas de mobilização política da classe média urbana e adinâmica do processo de abertura, fugindo um pouco da ênfase conferida nos estudos sobre a transição política exclusivamente ao plano político-institucional como determinante central daquela dinâmica. Pretende-se salientar, pela ótica dos grupos sociais, como o processo de transição política é, na verdade, o fruto de uma interação contínua entre sociedade e Estado e que o ritmo e o curso do processo foram sobremaneira alterados pelas práticas coletivas de diferentes segmentos sociais.

Dada a ausência total de estudos focalizando o papel da classe média como ator político e o privilegiamento da classe operária e seu movimento sindical na literatura, a escolha daquele setor social é extremamente oportuna e interessante. Neste sentido, o trabalho pretende ilustrar também o papel estratégico desempenhado pelos setores médios urbanos na dinâmica coletiva e no processo de superação do autoritarismo. Sobretudo, a dinâmica associativa dos setores médios será interpretada no contexto da característica dominante do processo político naquele momento, qual seja, a da sobreposição entre a liberalização ao nível de algumas instituições e o autoritarismo reinante ao nível de outras. O embate entre forças contraditórias desta natureza faz com que os cortes entre Estado e sociedade sejam obscurecidos na zona cinzenta de práticas corporativas ou que demandam a regulação estatal. Assim, um dos argumentos centrais do presente trabalho é o de que as práticas coletivas que emanam da sociedade em direção ao Estado, a despeito do papel central que desempenham na liberalização do sistema político, terminam por transitar ambigualmente entre um modelo de grupo de interesse por um lado, e movimento social, por outro.

Com a inauguração da Nova República, a permanência do chamado "entulho autoritário" numa série de esferas institucionais, sem a contrapartida de uma nova institucionalidade em curto prazo de tempo, aliada ao refluxo das práticas coletivas na área sindical reproduz uma dinâmica semelhante à apontada para o período da "abertura". Assim, pode-se supor que algumas das tendências aqui delineadas se estendam na atual fase do processo de democratização. O reforço de arranjos corporativos nos novos contornos Estado/sociedade, particularmente na esfera sindical, constitui apenas um exemplo da replicação dessas tendências na atual conjuntura

Três facetas das práticas associativas da nova classe média urbana serão aqui abordadas: o movimento de associações de bairro no Rio de Janeiro, as associações profissionais e técnicas (sediadas no Rio de Janeiro, algumas das quais com escopo nacional de atuação) e o movimento sindical de profissionais assalariados (incluindo primordialmente informações para São Paulo e Rio, mas também envolvendo uma cobertura de âmbito nacional).

## **Associações de Bairro**

A tradição de uma classe média relativamente organizada e combativa no Rio de Janeiro não é um fenômeno novo. Como capital da República até 1960, o Rio foi o cenário para o desenvolvimento de uma extensa classe média na esteira

de expansão da própria máquina administrativa do Estado na virada do século. Conhecido como "urbanização por burocratização prematura", este processo talvez explique em parte porque até o presente o padrão associativo da classe média seja mais proeminente no Rio do que em São Paulo, onde a expansão da classe média se seguiu à industrialização (1).

A grande visibilidade alcançada pelo movimento associativo de classe média, especialmente o do Rio de Janeiro, é um fenômeno que remonta ao final da década de 70. A emergência de associações de classe média no Rio em formatos semelhantes aos atuais data, contudo, do início dos anos 50, conquanto com conteúdo e tipo de mobilização diferente daquele (2).

Uma análise da tabela 1 mostra que, de fato, o fenômeno associativo urbano é bastante recente, tendo florescido com mais vigor a partir da década de 70, tanto no que se refere a associações de classe média, quanto a associações de bairro na periferia urbana, inclusive associações de favelas. Em ambos os casos, as taxas mais altas se registraram entre 1979 e 81, sendo que a importância do movimento de favelas é visivelmente maior que do movimento de classe média, tanto no início quanto mais recentemente.

**Tabela 1 — Associações de Moradores no município do Rio de Janeiro (1946/81)\***

Áreas	Período				
	1946-63	1964-68	1969-73	1974-78	1979-81
Bairros de classe média e alta**	19 (1,1)	1 (0,3)	5 (1,3)	5 (1,3)	30 (15,0)
Restante do município***	105 (6,2)	70 (15,7)	42 (10,5)	28 (7,0)	136 (68,0)
<b>TOTAL</b>	124 (7,3)	71 (17,8)	47 (11,8)	33 (8,3)	166 (83,0)

**Fonte: Registro Civil de Pessoas Jurídicas.**

\*O levantamento para 81 inclui o período até julho. Os números entre parênteses indicam o crescimento anual das associações no período enquanto porcentagem.

\*\*Bairros localizados nas zonas Norte e Sul, incluindo Centro, ilhas do Governador e Paquetá.

\*\*\*Inclui favelas e conjuntos residenciais existentes nos bairros de classe média e alta. Todos os bairros nas linhas da Central e da Leopoldina foram incluídos nesta categoria, bem como o Caju dado o contingente de população de classe baixa ali residente.

Não se pode avaliar de maneira inequívoca o impacto de processos econômicos e políticos sobre a ação coletiva, particularmente em termos dos diversos formatos que esta pode assumir, entre os quais a formação de associações voluntárias e de interesse (3). Contudo, há uma correspondência no tempo entre o surto associativo, a inauguração do ciclo recessivo na economia e a intensificação do processo de abertura política.

O ciclo recessivo que se inicia em 1979 teve impactos imediatos nos níveis de emprego e renda. A taxa de ocupação da PEA caiu de 97,7 % em 1980 para 93,8 % em 81, 91,5 % em 82 e 87,5 % em 1983. Em 1981 a renda média da população era 10 % inferior aos níveis de 1978, lado a lado a crescentes taxas inflacionárias que superaram a marca dos 110 % em 1981 e se aceleraram a partir de então (Malan & Bonelli, 1983, p. 59, 74 e 75).

No plano político, esse período de florescimento da vida associativa também corresponde a crescentes níveis de liberalização do regime autoritário, embora o processo fosse marcado por idas e vindas, avanços e retrocessos. Entre as medidas mais relevantes do período situam-se a supressão do AI5 e a concessão de anistia logo após a posse de Figueiredo em 1979, com implicações diretas no restabelecimento de garantias constitucionais quanto à liberdade de associação.

Por si só, contudo, tal fato não dá conta da explicação do surto associativo no período. Se por um lado a vida associativa pode ter sido estimulada pela eliminação de barreiras, por outro lado é também verdade que mesmo sob o AI5 associações estavam se formando, como se pode constatar pelo número considerável de novas entidades criadas entre 69 e 78 em várias partes da cidade. Na verdade, é plausível a hipótese de que, precisamente em virtude de ameaças à liberdade individual, a necessidade de alguma forma associativa se fizesse premente, desta forma levando ao estabelecimento de solidariedade ao nível de relações sociais básicas. Sobretudo, associar ao nível da vizinhança poderia se constituir numa maneira de enfrentar incertezas quanto aos custos da ação, desta forma socializando os riscos potenciais envolvidos na ação coletiva (4).

Uma combinação de diferentes fatores parece estar subjacente aos ciclos da vida associativa na sua ainda recente história no Brasil. Num nível mais amplo estão os fatores conducentes a níveis crescentes de incerteza, tanto do ponto de vista político quanto econômico por volta do final da última década. Além disso, a reativação da sociedade - que mesmo sob o autoritarismo não tinha sido totalmente desmobilizada - ganha impulso renovado com a liberalização.

O nexo entre esses processos e a dinâmica da ação coletiva, como se afirmou, não é fácil de se estabelecer empiricamente. O processo de associação a nível local é, na verdade, apenas acentuado com a eliminação, no âmbito da política, de entraves institucionais à livre organização de diferentes segmentos sociais. Se por um lado a eliminação de tais entraves favoreceu o fluxo de informação, fornecendo elementos para um cálculo em que os custos da repressão se reduziram, por outro deixou pouco espaço para a institucionalização de processos que efetivamente assegurassem a expansão qualitativa da participação dos cidadãos no processo político.

Assim, não é de se estranhar que a reativação do movimento associativo tenha ocorrido paralelamente ao processo de rearticulação da estrutura partidária e informado por uma retórica francamente adversa à política eleitoral. Foi sobre este último que o processo de abertura incidia mais diretamente e, por isso mesmo, na medida em que se constituía numa espécie de freio institucional, era também a maneira de conduzi-lo ao longo do tempo. Foi um processo marcado por incertezas, avanços e retrocessos que geravam um descrédito na possibilidade de que a política eleitoral efetivamente traduzisse um jogo democrático, para não falar na descrença quanto a sua eficácia operacional a curto prazo, a despeito de se constituir num mecanismo de canalização do protesto ao regime através do voto de oposição. Daí a busca de avenidas alternativas à via eleitoral, mas não necessariamente excludentes. A associação a nível do local de moradia foi percebida como um canal através do qual se pudesse resolver problemas do cotidiano, bem como um *locus* para o convívio democrático e a constituição de identidades coletivas, ao passo que o voto de oposição, particularmente nas grandes áreas urbanas, tornava-se crescentemente uma maneira de desaprovar e deslegitimar o regime autoritário (Reis, 1983).

Particularmente nos estágios constitutivos do movimento de bairros, a rejeição do sistema partidário aparecia como fator importante, particularmente em vista do impacto detrimental das lealdades partidárias sobre a dinâmica interna das associações. Contudo, em muitos casos o movimento de bairros foi envolvido pela competição partidária, resultando em desmobilização parcial ou faccionalismo. Desta forma, nos seus estágios posteriores, especialmente por volta da campanha eleitoral de 82, a relação com a estrutura partidária efetivamente implicou uma politização do movimento de bairros. Candidatos emergiram do seio do movimento, houve debates e manifestações promovidas por diferentes associações e um claro compromisso do movimento de bairros com uma perspectiva oposicionista, senão mesmo

partidária, em alguns casos no Rio de Janeiro.

O movimento de bairros traduz apenas uma faceta do papel da nova classe média enquanto ator político, devendo ser apreciado lado a lado a outras formas de expressão coletiva como o movimento sindicalista de profissionais assalariados que ganhou notoriedade simultaneamente àquele, a partir de 1977. Menos visível, porém certamente não menos importante, é o surto associativo que se verifica no Brasil também por volta desta época com a formação de inúmeras associações voluntárias de caráter profissional, técnico, científico, ou uma combinação desses elementos.

Embora expressando diferentes fenômenos de um ponto de vista político, o movimento de associações de bairro e o novo sindicalismo de profissionais assalariados são formas complementares encontradas por um segmento social para fazer valer o "mecanismo de voz" e multiplicar canais de participação política saturados pelo oligopólio partidário neste plano. É dentro desta ótica que se passa a examinar a seguir as associações técnicas e profissionais de classe média e o novo sindicalismo de assalariados de classe média (5).

### **Associações Técnicas e Profissionais**

Como no caso dos movimentos de bairro, estabeleceu-se uma teia de relações intermediárias com a expansão das associações técnicas e profissionais. Também como no caso das primeiras, as associações profissionais estão longe de se constituírem novidade enquanto estruturas de representação de interesses. Contudo, o que as torna atraentes como objeto de estudo é o papel possivelmente inovador que elas vieram a desempenhar politicamente em termos da abertura, não apenas pela expansão das oportunidades de participação, como também pela difusão de valores democráticos e pela pressão muitas vezes exercida sobre a estrutura do Estado, assim democratizando pela via sutil da ingerência na formulação de políticas públicas.

Além disso, na medida em que desfrutam de considerável autonomia do ponto de vista do controle estatal, por se situarem fora da estrutura corporativa oficial, as associações profissionais desempenharam papel decisivo na ativação da luta dos sindicatos em algumas categorias ocupacionais. Neste sentido funcionaram como canal estratégico para a mobilização destas categorias num nível específico, ao mesmo tempo servindo de anteparo à luta travada ao nível dos sindicatos respectivos.

Densidade organizacional e complexidade de relações intermediárias. são apontadas como características fundamentais de um sistema pluralista, divergências quanto aos seus efeitos democratizantes à parte. Um exame mais detalhado revela que alguns segmentos da sociedade brasileira são bastante mais organizados do que pareceria à primeira vista, a julgar pelo número e pelo porte de suas associações voluntárias. Uma análise das associações profissionais e técnicas registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro mostra ser este o caso para segmentos da classe média.

Em primeiro lugar, de um total de 618 associações compiladas para o período entre 1946 e 1983 e para as quais se podia atribuir um caráter predominantemente de classe média, 40 % foram criadas antes de 1964, ocorrendo um declínio na primeira década até 1974 (26 % ) e, novamente, um crescimento a partir de 1975 em diante (34 %). Como um todo observa-se um total de 60 % de associações registradas após 1964, o que sugere que o período, sob o regime militar autoritário não implicou níveis mais baixos de atividade associacional nesta faixa, exceto nos anos iniciais.

Em segundo lugar, o surto associativo ocorre especialmente em anos mais recentes, coincidindo com a reativação da sociedade civil em outras frentes, tais como o próprio movimento sindical. Considerando apenas as associações técnicas e profissionais que aparecem registradas após 1964, é possível observar que uma porcentagem substancialmente maior (40 %) foram criadas a partir de 1978 em comparação com os períodos anteriores (28 % e 31 % respectivamente).

**Tabela 2 — Associações Técnicas e Profissionais no Rio de Janeiro (1965-83)\***

Categoria Ocupacional	Período da criação							
	1965-70		1971-77		1978-83		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Advogados	9	30	10	33	11	37	30	100
Professores	8	26	6	19	17	56	31	100
Func. Públicos	11	35	7	23	23	42	32	100
Engenheiros	4	21	2	10	13	69	19	100
Médicos	6	26	7	30	10	44	23	100
Técnico-cien- tíficas	6	26	9	39	8	35	23	100
Artistas	5	38	4	31	4	31	13	100
Jornalistas	4	28	6	44	4	28	14	100
Outras Prof. Liberais	10	23	20	45	14	32	44	100
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>28</b>	<b>71</b>	<b>31</b>	<b>94</b>	<b>41</b>	<b>228</b>	<b>100</b>

\* Fonte: Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Rio de Janeiro.-Os dados incluem apenas associações profissionais e técnico-científicas relacionadas ao exercício de profissões específicas. Associações rurais, culturais, recreativas, educacionais; esportivas, de empregados, pais e mestres, veteranos, bem como as que representam firmas e ex-alunos não foram incluídas. As categorias residuais foram eliminadas dos cálculos acima.

Deve-se observar que, embora as associações estejam registradas no Rio, em muitos casos são nacionais em escopo, como se pode depreender pela denominação "nacional" ou "brasileira" em seu nome de registro. Entre as 144 associações registradas após 1978, 20 % caem naquela categoria. Outro aspecto diz respeito à proporção de novas associações ao longo do tempo. Tais variações são indicativas, grosso modo, do período no tempo, em que determinadas profissões se tornaram mais organizadas. Assim, por exemplo, ao passo que no caso de advogados e artistas há pouca variação sugerindo que se trata de profissões mais sedimentadas e com uma tradição de maior constância organizacional, em outras, tal como os professores, funcionários públicos, engenheiros e médicos há uma onda de associativismo no período mais recente. Para essas últimas, o número de associações novas mais que duplica após 1978 em comparação com os períodos anteriores (56, 42, 69 e 44% respectivamente).

Coincidentemente, essas constituem categorias profissionais que foram as mais ativas politicamente nos anos pós-78 e que, com a exceção de engenheiros, deflagaram as greves mais significativas entre profissionais assalariados de classe média naquele período.

Desta forma, ao passo que o associativismo profissional em seu conjunto não possa ser visto como uma novidade, as características de associações recentemente criadas, pelo menos em algumas áreas ocupacionais, de fato traduzem novidades. Em termos gerais, as novas associações podem ser vistas como organizações parassindicais que têm a função de mobilizar um determinado segmento ocupacional para o encaminhamento de demandas trabalhistas numa base localizada e específica.

O caso de professores (particularmente os de nível universitário) e o de médicos são os que melhor ilustram o padrão acima descrito. A maioria das novas associações tendem a congregar profissionais não por categorias como requer a legislação trabalhista no caso dos sindicatos corporativos - mas por local de trabalho no qual as categorias respectivas encontram-se lotadas, ou seja, escolas ou hospitais, dependendo do caso. Além disso, essas unidades de trabalho comportam tanto o setor público quanto o setor privado. Neste sentido as novas associações, incluindo as das áreas de serviço público, representam um esforço para escapar à rigidez da estrutura corporativa quanto à sua proibição da formação de sindicatos no setor público.

Entre os professores, de um total de 17 novas associações criadas após 1978, 13 se enquadram no padrão anterior: são todas associações de docentes de universidades ou escolas independentes do ensino superior, privadas e públicas. Entre estas últimas, 11 foram criadas em 79 e 2 em 1980.

Entre os médicos, as novas associações compreendem, na sua maioria, os residentes (portanto indivíduos nos estágios iniciais da carreira médica) de hospitais específicos: 7 entre as 10 associações criadas no período mais recente, incluindo uma associação representativa dos residentes a nível nacional. Cinco das associações de residentes surgiram em 1978 e duas outras em 1979, entre as quais a Associação Nacional de Médicos Residentes fundada em setembro daquele último ano. Uma associação de médicos residentes ao nível do Estado do Rio de Janeiro já havia sido criada em setembro de 1977.

Cumprir mencionar outras áreas no que concerne às recentes tendências associativas. Uma é a dos funcionários públicos que também apresentou um crescimento relativo depois de 1978. Uma tradição de combatividade e organização de empregados no setor público não é nova, mas foi contida pela proibição governamental quanto à formação de sindicatos e ao direito de greve pela categoria. Somente em 1952 é que a primeira associação nacional representativa dos funcionários públicos foi criada: a União Nacional dos Servidores Públicos (Schmitter, 1971, p. 204-205)

Nas décadas de 50 e 60 surgiram várias associações de servidores públicos, seja genericamente incluindo funcionários de diversas agências burocráticas na sua maioria da administração federal, seja de categorias específicas de funcionários públicos (supervisores, inspetores, etc.) dentro de determinadas agências. Este padrão se estendeu durante a década de 70, na esteira da crescente expansão e diferenciação do aparelho de Estado no decorrer daqueles anos. Mas os funcionários públicos enquanto tais, além daqueles que são também servidores públicos e deflagaram greves nas suas respectivas categorias profissionais, foram mobilizados nos eventos políticos de anos recentes, das greves até as demonstrações públicas.

Com base nesta descrição geral e nestes dados ainda preliminares, pode-se argumentar que seguramente ocorreu um novo ímpeto associativo no Brasil de 1978 em diante, envolvendo categorias ocupacionais de classe média. Não apenas tende a haver uma correspondência entre as categorias que se associam e as que organizam greves nos níveis local e nacional; é também o caso que, em termos do seu padrão de comportamento, a criação dessas associações revela uma mudança no sentido do aprofundamento de suas bases num nível específico e localizado, ao mesmo tempo em que expandem o seu escopo numa escala nacional.

Contrastando com a descrição de Schmitter sobre as mais antigas associações profissionais dos setores médios como "não tendo demonstrado qualquer capacidade notável de auto-organização" e uma participação mínima dos setores médios no sistema sindical (Schmitter, 1971, p. 203), o padrão atual se encaminha numa direção oposta, tanto com respeito à sua capacidade organizacional quanto ao seu envolvimento no sistema sindical e nas greves.

### **Profissionais militantes: o sindicalismo de classe média**

No que diz respeito ao envolvimento no sistema sindical e nas greves, os dados são bastante eloquentes. Há um aumento

sensível no número de profissionais liberais sindicalizados entre 1960 e 1978 de 40.491 para 147.307. Na verdade, tal aumento representa um dos índices mais altos (363) entre todas as categorias naquele período, seguindo-se apenas aos empregados em educação e cultura (489), comércio (427) e comunicação e publicidade (399) (Tavares de Almeida, 1983, p. 195). Sobretudo, os profissionais assalariados de classe média são o único setor no qual a proporção de greves cresce consistentemente de 5,8 % em 1978 para 29,4 % em 1979, 34,4 % em 1980 e 44,6 % em 1981, em contraste particularmente com o setor dos trabalhadores industriais cujas proporções declinam de 75,9 % em 1978 para 29,7 % em 1981 (Tavares de Almeida, 1983, p. 204).

Comparadas a outras categorias, as de profissionais assalariados de classe média parecem dominar crescentemente a cena no período em termos da deflagração de greves de impacto significativo. Ao mesmo tempo, ocorre a reorganização de algumas dessas categorias profissionais tanto pela criação de associações paralelas, quanto por uma tentativa de renovação de lideranças através da recuperação do controle das mais antigas e tradicionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Associação Médica Brasileira (AMB).

As greves são portanto acompanhadas por novos padrões de organização que favorecem a mobilização dessas categorias, ao mesmo tempo em que acrescentam uma dimensão importante ao processo de democratização da sociedade. De fato, uma das características que distingue o movimento grevista de profissionais neste período é o fato de não ter o mesmo se restringido a demandas econômicas básicas de um determinado setor. O que o caracteriza é antes uma consciência clara da necessidade de redemocratização ao nível político mais amplo, tendo como ponto de partida a própria consecução da democracia ao nível das associações representativas.

Além disso, as greves envolvem invariavelmente demonstrações públicas, quando em si mesmas não são voltadas para sensibilizar a opinião pública quanto à situação numa determinada área, como, por exemplo, a deterioração das

**Tabela 3 — Índices de reajuste salarial e preços ao consumidor (1970 = 100)**

<b>Anos</b>	<b>Custo de vida*</b>	<b>Salários mínimos***</b>	<b>Funcionários</b>
1970	100	100	100
1971	120	121	120
1972	140	144	144
1973	157	167	166
1974	201	201	199
1975	263	285	259
1976	368	410	337
1977	530	591	438
1978	703	833	604
1979	1100	1010 (mínimo)	810



1979	1122	1212 (maio)	846
—	—	1567 (nov.)	—
1980	2051	2217 (maio)	1056 (jan.)
—	—	3092 (nov.)	1322 (mar.)
1981	4216	4522 (maio)	1782 (jan.)
—	—	6372 (nov.)	2288 (abr.)
1982	8346	8872 (maio)	3199 (jan.)
—	—	12590 (nov.)	4484 (maio)
1983	20196	18577 (maio)	6271 (jan.)
—	—	30513 (nov.)	8161 (jun.)
1984**	46484	47295 (maio)	13451 (jan.)
—	—	61483 (nov.)	16141 (jul.)

Fonte: *Conjuntura Econômica*, fev. 1984, p. 101.

\* Índices para o Rio de Janeiro, Média anual segundo FGV.

\*\* Estimativas, exceto para o salário de janeiro.

\*\*\* Valor mais alto.

condições do atendimento de saúde em instituições públicas e privadas, ou a decadência dos padrões de ensino, da escola primária às universidades. Mais recentemente, ao final do período autoritário, as demonstrações evoluíram no sentido de uma crítica à política governamental, particularmente no que diz respeito aos chamados "pacotes econômicos" e às medidas recessivas impostas pelo FMI.

Desta forma, observa-se que a onda de greves de profissionais assalariados de classe média é politizada desde o início, no duplo sentido, por um lado, de demandar melhores salários e condições de trabalho e, por outro, de criticar a política governamental sugerindo alternativas de políticas em áreas cruciais, como reforma universitária, saúde pública, além das que já foram mencionadas.

Além disso, o impacto político dos movimentos é bastante intenso, de vez que, na maioria dos casos, as greves afetam o setor público diretamente, como no caso de médicos, professores primários e universitários. Com efeito, um amplo contingente desses é composto de funcionários públicos empregados pelo sistema escolar público e hospitais do estado. Portanto, o potencial de irradiação das greves naquelas categorias para outros segmentos da burocracia pública como um todo é bastante alto. Na verdade, uma série de greves de funcionários públicos como um todo foram acionadas pelas de médicos e professores.

Dados comparativos dos reajustamentos salariais para servidores públicos, salário mínimo e o aumento do custo de vida demonstram que, em 1976, os salários de funcionários federais começam a ficar defasados em relação ao salário mínimo, situando-se, em 1977; abaixo de ambos os índices. Já em 1977, mais particularmente após 1978, a tendência decrescente se torna visível, caindo os salários para metade dos valores do índice de preços e do salário mínimo em 1980.

Qual teria sido a frequência e a extensão das greves em algumas dessas categorias de assalariados da classe média? Os dados da tabela 4, obtidos através de levantamento sistemático da revista *Isto É*, embora não exaustivos de todas as ocorrências porque compilados de apenas uma fonte, sugerem as tendências dos eventos grevistas (6). Um total de 54 greves em categorias ocupacionais de classe média selecionadas ocorreram entre 1979 e 1983. Quase todos os casos se concentraram na região Centro-Sul (em São Paulo e no Rio de Janeiro, principalmente), seguidos pelo Rio Grande do Sul (onde a mobilização de médicos foi particularmente intensa) e por Minas Gerais (onde o movimento dos professores teve bastante vigor).

**Tabela 4 — Categorias Ocupacionais de Classe Média Selecionadas: Sumário de Greves**  
**Categoria Ocupacional**

<b>Anos</b>	<b>Profes- sores</b>	<b>Médi- cos &amp; Resi- dentes</b>	<b>Servi- dores Pú- blicos</b>	<b>Outros*</b>	<b>Total</b>
1978	5	7	—	3	15
1979	9	1	1	5	16
1980	3	—	1	1	5
1981	2	7	2	—	11
1982	1	—	2	—	3
1983	—	1	2	1	4
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>54</b>
<b>%</b>	<b>37%</b>	<b>30%</b>	<b>15%</b>	<b>18%</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Levantamento sistemático em *Isto é* entre maio 1976 e outubro 1983.**

**\* Inclui artistas, jornalistas e bancários.**

Como um todo, os dois primeiros anos do período em questão concentram a maioria das greves, com um declínio em 1980 e, novamente, um surto em 1981. O movimento de professores primários e universitários é responsável pela maioria das greves (37%), seguido do de médicos e residentes (30%), ambos tendo início em 1978. A frequência (mas certamente não a relevância e o escopo) das greves no caso dos primeiros decresce após 1979, ao passo que no caso dos segundos ganha impulso em 1981 após dois anos relativamente calmos. Quanto aos funcionários públicos, o padrão de frequência é mais estável, com as greves regularmente distribuídas ao longo do período.

A frequência com que se recorre às greves, especialmente em vista da seu caráter ilegal entre servidores públicos e atividades sociais consideradas essenciais pelo decreto 1.632, aliada a alguns de seus novos traços políticos permite referir-se à redefinição coletiva da classe média como um ator político, da mesma forma em que se refere ao novo sindicalismo como representando tal redefinição ao nível da classe operária. A defesa de direitos políticos básicos - como

o direito de greve para aqueles impedidos de assim se manifestarem - lado a lado à adoção de um projeto com objetivos políticos amplos são indicativos de um novo tipo de militância da classe média.

A mobilização de professores primários e universitários começa ao redor de 1976. O sistema universitário brasileiro foi altamente afetado durante os anos da repressão, com intervenções e decretos, como o 477, dirigidos ao corpo docente, e o próprio AI5 que aposentou uma série de professores em instituições públicas.

Simultaneamente, o sistema universitário se expandiu na década de 70, com o aumento da capacidade de absorção e matrículas nas universidades federais e -estaduais, mas sobretudo pela proliferação de escolas privadas. Esta expansão quantitativa não teria sido acompanhada adequadamente por mudanças qualitativas na natureza e condições da educação superior no país. Muito ao contrário, estas condições parecem ter-se deteriorado.

O caso dos médicos, semelhantemente ao de professores primários e universitários, caracteriza-se basicamente por greves com um impacto sobre o setor público as quais lançam mão de estratégias organizacionais e recursos de mobilização parecidos. Contudo, a especificidade do movimento nesta categoria é o fato do mesmo refletir um processo de proletarização que a profissão médica, juntamente com outras profissões liberais, teria sofrido em anos recentes.

A prática privada da medicina encontra-se em declínio, como sugerido pelas greves envolvendo profissionais assalariados, mormente em instituições públicas. Ao mesmo tempo em que o Estado intervém na área de saúde e expande as oportunidades de trabalho na profissão médica, tal processo não se faz seguir da melhoria das condições de trabalho e, portanto, da qualidade dos serviços prestados. Além disso, na medida em que é assim moldada pelo Estado, a profissão médica se torna altamente estratificada. De fato, embora médicos enquanto um todo tivessem participado das greves e de manifestações relacionadas, o estrato típico nelas envolvido é o de médicos residentes, ou seja, os escalões mais baixos na hierarquia da profissão. São estes os responsáveis diretos pelo atendimento médico à população e, neste sentido, sua posição é altamente estratégica devido à natureza essencial do seu trabalho e também por estarem numa posição de melhor poderem avaliar a deterioração dos serviços.

Outras categorias profissionais vieram à tona na busca de melhores salários e condições de trabalho, e igualmente demonstrando uma consciência aguçada das implicações políticas de suas respectivas mobilizações. Entre estas, os servidores públicos, artistas e jornalistas tornaram-se visíveis no período coberto por esta pesquisa. Os bancários também se juntaram ao movimento dos profissionais, revivendo o que outrora, no período anterior a 1964, se constituía uma notável tradição de lutas.

O caso dos funcionários públicos constitui o mais relevante entre os mencionados, não apenas por causa da inserção da categoria no aparelho de Estado, mas também devido ao fato de que sua luta se sobrepõe à dos professores e dos médicos que acabamos de descrever.

Quanto aos jornalistas e artistas, seu uso estratégico dos meios de comunicação e sua capacidade para angariar apoio público conferiram ao seu movimento uma qualidade política que vai além das demandas salariais específicas. Essas lutas e manifestações, na verdade, contribuíram para a difusão de valores críticos ao regime autoritário. Como em todos os casos aqui examinados, devido a esta natureza oposicionista, sua atuação foi também importante para a conformação de identidades coletivas em contraposição ao Estado, embora a movimentação nesse setor fosse primordialmente dirigida ao setor *pri vado*.

### **Conclusões: A classe média, novas identidades coletivas e cidadania: limitações à arte associativa sob o autoritarismo**

A emergência do movimento de profissionais da classe média lado a lado ao movimento de bairros ao final da década de 70 revela muito mais do que a redefinição coletiva desse segmento social enquanto ator político. Talvez, num sentido ainda mais importante os movimentos sejam indicativos de como se renovam identidades coletivas pela rejeição de velhos padrões de controle tradicional do Estado sobre a atividade eleitoral e trabalhista: a organização coletiva como que se afasta de estruturas contaminadas numa busca de alternativas.

Neste sentido, a militância dos profissionais de classe média é apenas um aspecto de uma tendência mais ampla que perpassa barreiras de classe, convergindo para a definição de um novo pacto social em oposição ao regime autoritário. A

característica fundamental dessa militância é sua extrema politização em torno de valores democráticos e de uma perspectiva mais ampla de mudança. Na medida em que se deu na esteira do processo de abertura política, este tipo de perspectiva permitiu o estabelecimento de alianças com o movimento operário, o qual foi bastante receptivo às greves das categorias de classe média.

Tanto ao nível dos valores quanto da prática política, uma classe média organizada, para não mencionar o próprio movimento operário, forjou a perspectiva de uma sociedade democrática muito antes que os setores de elite pudessem incorporá-la. O processo de abertura política, se por um lado deixava brechas para a reativação da sociedade com um aumento no fluxo de comunicações, por outro mantinha bolsões de controle em áreas-chave, entre as quais o processo eleitoral e o próprio sindicalismo. Este duplo caráter do processo de abertura favoreceu o surto associativo, num sentido pela liberdade de associação e, noutro, pelo estímulo à ação coletiva em resposta ao controle estatal excessivo sobre atividades cruciais.

A intensificação das práticas associativas, sobretudo em moldes politizados, certamente estava longe de compor a pauta governamental. O projeto de abertura, se tanto, visualizava uma sociedade domada, com grupos de ingresso atuando num sentido bastante restrito. Contudo, o chamado modelo da "panela de pressão" favoreceu exatamente o oposto, na medida mesma em que sua implementação requeria tais controles. Se a politização de segmentos organizados da sociedade não chegou a alterar o projeto de uma transição controlada para a democracia, certamente afetou o seu ritmo.

Este último constitui um aspecto importante para se entender a dinâmica interativa entre Estado e sociedade subjacente à abertura. Toda a mobilização e atividades coletivas aqui analisadas na verdade traduzem democratização ao nível da sociedade, embora não ao nível das instituições políticas, que retêm algumas de suas características autoritárias perversas. Na medida em que limita o âmbito das alternativas, o controle estatal induz a busca de alternativas sociais que implicam maiores graus de autonomia. Por outro lado, as forças sociais aumentam os graus de incertezas quanto a resultados esperados, tanto em termos das metas, da ação coletiva, quanto dos formatos institucionais dela resultantes.

A partir de 1978, a sociedade brasileira demonstra sinais de vigor como exemplificado pelo surto grevista do movimento operário, a subsequente extensão das greves aos profissionais assalariados de classe média, e uma variedade de outras coletividades organizadas, como o movimento de bairros, o movimento feminista, grupos ecológicos e grupos de negros, todos os quais com forte componente de classe média. Uma surpreendente comunalidade entre todos esses grupos consiste no privilegiamento da dimensão política mesmo quando, como no caso do movimento sindical, estejam presentes fatores de ordem econômica, ou quando um elemento de identidade básica como gênero ou raça, constitui o elo coletivo. Na perspectiva de todos esses segmentos, uma inclinação favorável a um programa liberal democrático era bastante visível desde o início das manifestações.

O movimento sindical de profissionais de classe média desde suas origens pressionou por redemocratização. Tal foi também a ótica de várias associações profissionais que surgiram neste período ou de associações tradicionais que se renovaram à época. A idéia de redemocratizar a partir de associações da sociedade civil era particularmente visível na ação de associações como a OAB que, de público, em diversas instâncias assumiu posturas altamente favoráveis à redemocratização (Viana, 1984). Foi este também o caso da atuação de associações científicas como a SBPC, cujas conferências anuais se tornaram a caixa de ressonância da sociedade por diversos anos consecutivos.

Sobretudo, na medida em que o processo de abertura caminha, a sociedade se torna mobilizada na busca de alternativas democráticas, a despeito, como se afirmou anteriormente, da motivação econômica subjacente à emergência das greves.-corno um formato particular de manifestação coletiva no período. Todas elas transcenderam esse âmbito, através do protesto explícito contra o entrave estatal à vida associativa através de controles institucionais e, numa maneira menos óbvia, pela redefinição de identidades coletivas em torno do projeto democrático e novas perspectivas profissionais.

A criação de novas associações, freqüentemente no contexto de escapar às limitações da estrutura corporativa, e a renovação interna de associações em algumas profissões podem ser assim entendidas. Novos valores - um misto de cultura cívica e assembleísmo com ênfase na participação de massas -, novas formas de organização e um potencial para estimular a mudança social e política, constituem uma faceta do ímpeto associativo da classe média em anos recentes.

Contudo, outra faceta transparece no potencial ainda prevalente a que velhas estruturas e formas corporativas de controle pelo Estado contenham a mudança numa direção de arranjos institucionais pluralistas, pelo menos no que concerne às estruturas de representação de interesse. Mesmo admitindo que o modelo pluralista não necessariamente constitua um produto final ou resultado a ser alcançado e que, no caso do Brasil, tenderia a prevalecer uma alternativa

corporativa/pluralista de tipo misto, ainda resta a questão de um papel mais permanente que as novas organizações podem desempenhar. Neste sentido, na medida em que se afastam do modelo de grupo de interesse se constituindo em movimentos sociais autônomos, ficaria prejudicada a meta da institucionalização de tais formatos, quando pouco, pela volatilidade a que estão sujeitos os movimentos sociais.

De saída, a dependência do Estado é uma característica da redefinição estrutural em certas áreas profissionais. De fato, isto é verdade pelo menos no caso de médicos e professores, para não mencionar a própria expansão dos serviços públicos enquanto categoria. A dependência também se expressa pela natureza das demandas, que convergem para o Estado mesmo quando um padrão de negociações bilaterais autônomas pode ser estabelecido sem a intermediação do último.

Em segundo lugar, ao passo que nos casos de médicos e professores o impulso por autonomia fosse seguido pelo reforço organizacional das categorias numa escala nacional, em outros casos, tais como bancários e certos funcionários públicos, o efeito desmobilizador dos controles estatais ainda se fazia sentir com bastante vigor àquela época. A eliminação desses controles, que em última instância significa a consecução de direitos de cidadania, como o direito de greve, torna-se uma atividade em si mesma.

Em suma, setores organizados fora do Estado numa base autônoma carecem de uma arena institucional específica onde possam operar de maneira mais eficiente, ou de maneira mais permanente. Ao invés disso, como é o caso das associações paralelas, elas se tornam estruturas que desempenham um papel híbrido: a um tempo ode organização sindical que escapa ao controle estatal mas não dispõe dos instrumentos legais para atuar enquanto tal, e o de um grupo de interesse que, no lugar de demandas específicas, imprime uma ampla perspectiva política à sua atuação. Neste sentido, são organizações frágeis que podem sucumbir politicamente uma vez que condições estruturais estratégicas não mais tenham vigência. Assim, a tendência é a de que canais intermediários se enfraqueçam a longo prazo como um anteparo eficaz entre o Estado e a sociedade, a despeito dos valores professados e do grau de organização alcançado.

Quanto aos movimentos de bairro, pode-se afirmar que a formação de associações de moradores em bairros de classe média e média alta no Rio não é um fenômeno exclusivamente vinculado ao período autoritário de pós-64. Na verdade, já pela virada do século surgiram no Rio associações de bairro e, mais recentemente, na década de 50. Como um formato particular de organização coletiva, associações de bairro não constituem, nem um fenômeno novo, nem um produto claro de fechamentos e aberturas.

Contudo, as associações do final dos anos 70 diferem das anteriores em algumas dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, elas diferem no âmbito e no contexto de seu propósito político. As anteriores não tinham um caráter de oposição e nem foram tão politizadas como as contemporâneas se tornaram. A novidade das associações da década de 70 e de 80 consiste na sua orientação ideológica como organizações voltadas a suprir um espaço democrático no contexto da interação face a face ao nível local. Além disso, em contraste com as anteriores, as atuais se aglutinaram num movimento organizado ao nível supralocal, se envolvendo e sendo afetadas pelos principais eventos políticos.

Outro aspecto diz respeito ao tipo de alinhamentos sociais que o movimento de bairros chegou a traduzir. Como se salientou, o Brasil passou por profundas mudanças estruturais do ponto de vista econômico, social e político. Em especial, uma mudança de amplas implicações foi a própria taxa e o padrão de urbanização, com a deterioração geral da qualidade de vida nas grandes cidades. Essa deterioração, embora certamente mais dramática para os escalões menos privilegiados da estrutura social, também afetou a classe média emergente do período pós-milagre.

O movimento de bairros reflete essas mudanças na estrutura social em termos de sua composição interna. Entre estas, as mais significativas são o crescimento do componente científico-administrativo da estrutura ocupacional, e a crescente absorção de mulheres no mercado de trabalho.

Desde o início dos anos 70 se criavam associações. Entre 1979 e 1981, porém, há um surto em termos da expansão numérica do movimento. Embora, nenhuma relação inequívoca possa ser estabelecida entre esta expansão e processos econômicos e políticos mais amplos, é possível observar um padrão inverso relacionando esses processos nos momentos que precedem e coincidem com a explosão associativa. A expansão do movimento é precedida de crescimento econômico e repressão política, e coincide com recessão econômica e abertura política. Esse período recente se caracterizou por incerteza crescente, economicamente devido às altas taxas inflacionárias, de emprego e, politicamente, por causa dos avanços e retrocessos na condução institucional do processo de abertura. Durante breve período a classe média teve

acesso ao consumo conspícuo e à prosperidade, logo seguidos por crescentes dificuldades.

Alguns aspectos do processo de abertura na sua relação com a dinâmica do movimento de bairros devem ser enfatizados. Em primeiro lugar, a natureza contraditória do processo dificulta o estabelecimento empírico em termos dos fatores mais cruciais. Contudo, o processo eleitoral e a competição partidária são centrais nessa dinâmica, se não por outras razões, pelo menos pelo fato de que o controle e a velocidade da abertura foram efetivados por mecanismos institucionais nessas áreas. A centralidade do processo eleitoral é visível, tanto na rejeição inicial do movimento às eleições e à política eleitoral como negativos à sua coesão interna, como na desmobilização que mais tarde, durante os picos da campanha eleitoral de 82 e as demonstrações pró-diretas, os mesmos provocaram no movimento de moradores.

Já em outras esferas, a abertura teve menor impacto. Quando se abriu a cortina da abertura, o cenário desvendado foi o de uma sociedade que se tinha mobilizado e organizado, mas na qual, a possibilidade de substituição de arranjos autoritários, clientelísticos e corporativos era na verdade muito baixa. Por exemplo, uma dimensão do autoritarismo pouco afetada pela abertura diz respeito à própria tendência à centralização do processo decisório, particularmente em termos da federalização de algumas esferas de competência, governo após governo no período militar. Lado a lado, a máquina administrativa do Estado tornou-se mais complexa e diversificada como resultado da expansão estatal nos domínios regulatórios e administrativos.

A atomização daí resultante alterou o caráter dos contatos entre os cidadãos e o Estado de diversas maneiras. Uma delas, por certo, foi a de que a ação coletiva se tornou mais central para a consecução de certas metas, observando-se a adoção de um estilo francamente participatório de massas na atuação dos movimentos. Neste sentido, teria sido o aprofundamento do Estado burocrático autoritário e não a sua superação o fator subjacente ao florescimento de atores coletivos organizados enquanto movimentos sociais nos estágios preliminares. A abertura apenas estimularia aquela tendência pela eliminação de barreiras coletivas à livre associação. Mas outras características perversas do autoritarismo ainda permaneceram. O estímulo à prática de acesso direto e não institucionalizado a arenas decisórias muito fragmentadas é certamente um deles, dado que instiga padrões clientelísticos e reforça vínculos de natureza corporativa no corte Estado/sociedade.

No geral, o desenrolar do movimento de bairros ao longo do tempo revela sua transformação, de uma base setorial, com orientações e demandas específicas, para uma base política mais abrangente e ideologizada, ilustrando um dos dilemas cruciais na arte de se associar. Embora a primeira orientação estivesse ainda viva e ainda alimentasse algumas das campanhas por volta do final do período autoritário, a última ganhou predominância, quanto mais não fora, por fatores externos ao próprio movimento. Com a campanha de 82 e os movimentos que se seguiram observa-se a progressiva inserção das associações de bairro na formação de um pacto liberal difuso contra o regime autoritário. Nos momentos cruciais, como o foram as demonstrações a favor das diretas no início de 84 que culminaram com a eleição de Tancredo pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 85, o movimento se esvazia, distanciando-se de metas específicas para assumir um papel político abrangente.

Os movimentos de bairro, bem como outras formas de associação ao nível da localidade expandiram-se enormemente e de maneira tão caótica quanto a própria urbanização no Brasil. Há populações mobilizadas e disponíveis em busca de novas formas de organização social que possam facilitar ou resolver alguns dos problemas suscitados pelo crescimento sem precedentes. Uma organização centrada na vizinhança ou no bairro tem chances de se tornar um formato prevalescente, mesmo por causa da complexidade em se enfrentar problemas no agregado. Mas para que isto aconteça, é necessário a eliminação de barreiras impostas por uma tradição autoritária que se embrenha e se imiscui até o presente, na tarefa de construção institucional de um sistema democrático. Da combinação das cinzas do autoritarismo com a problemática adoção de formatos pluralistas emergirá uma nova institucionalidade a qual, em termos dos cortes entre o Estado e a sociedade, encontra-se longe de reproduzir um cenário toquevilliano, muito embora muitos dos ingredientes para tal ali estejam presentes.

Texto recebido para publicação em dezembro de 1985. Versão modificada de trabalho apresentado na reunião internacional do grupo de estudos "Economia e Sociedade" da ISA, São Paulo, fevereiro de 1985 e revista para apresentação no Grupo de Estudos Estado e Democracia da ANPOCS, Águas de São Pedro, 23-25 de outubro de 1985.

#### NOTAS:

1 - A hipótese da maior combatividade da classe média no Rio enquanto ligada à urbanização prematura é sugerida em Malloy, James M. *The Politics*

*of Social Security in Brazil.* **Pittsburgh, The University of Pittsburgh**

# Press, 1979, p 31-37.

2 - As informações com respeito às associações de classe média neste artigo foram coletadas em projeto de pesquisa dirigido pelo autor entre 1980 e 1982 ("Associativismo de Classes Médias Urbanas", Convênio IUPERJ/FINEP, tendo Sérgio Pechman como pesquisador assistente). Para uma análise detalhada da história das associações ver Pechman, Sérgio. *A Construção da Solidariedade: Associações de Moradores de Classe Média e Alta do Rio de Janeiro-1976-1982*. Tese de Mestrado, IUPERJ, julho de 1983.

3 - A literatura sobre grupos de interesse estabelece, numa de suas vertentes, uma relação entre grandes crises e a formação de associações no período subsequente. Daí que se verifique ao longo do tempo surtos marcando ciclos associativos. Ver Salisbury, Robert H. (ed.) *Interest Group Politics in America*. New York, Harper & Row, 1970; Ziegler, Harmon. *Interest Groups in American Society*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1964.

4 - A hipótese do surgimento de associações como forma de recriar ao nível de pequenas coletividades "democracias internas" foi abordada anteriormente pelo autor em outros trabalhos e foi também sugerida em outras análises na literatura. Ver, por exemplo, Boschi, Renato R. *The Art of Associating: Social Movements, the Middle Class, and Grassroots Politics in Urban Brazil*. Post-doctoral Report, Stanford University, 1984, esp. caps. 3 e 4. Boschi, Renato R. "Associativismo Urbano e Democratização". *Revista de Ciências Sociais*, vol. 12/13, n. 1/2, 1981/82. Boschi, Renato R. (ed.) *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. Singer, Paul & Caldeira Brant, Vinícius. *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis, Vozes, 1980. Tilman, Evers. "Identidade: A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais". *Novos Estudos Cebrap*, vol. 2, n. 4, abril de 1984.

5 - O mecanismo da voz foi discutido, como se sabe, no clássico trabalho de Hirschman, Albert O. *Exit, Voice and Loyalty*. Cambridge, Harvard University Press, 1970. A idéia da falência do partido político em termos do exercício do oligopólio da participação política é discutida por Santos, Wanderley Guilherme dos. "O século de Michels: Competição Oligopólica e Decadência Institucional: Reflexões sobre o Pós-Autoritarismo na América Latina", mimeo, versão preliminar apresentada na conferência "Partidos Políticos e a Democracia no Cone Sul", Rio de Janeiro, outubro de 1983.

6 - Todas as informações sobre greves foram sistematicamente levantadas através de um exame da revista *Isto é* entre 1977 e 1982. O número real de greves é certamente mais alto, na medida em que apenas as mais expressivas tendem a ser reportadas na revista. O que se perde em precisão pela utilização de uma só fonte ganha-se em relevância em termos dos fenômenos listados. Agradeço Tema Pechman pelo levantamento desses dados.

## Bibliografia

FARIA, Wilmar. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudança na Estrutura de Emprego: A Experiência Brasileira dos últimos 30 Anos". In: Sorj, B. & Tavares de Almeida, Maria Hermínia (eds.). *Sociedade e Políticas no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HASENBALG, Carlos A. & SILVA, Nelson Valle. "Industrialization, Employment, and Stratification in Brazil" (mimeo), trabalho apresentado na Conferência "Opportunities and Constraints of Peripheral Industrial Society", Stanford/Berkeley Joint Center for Latin American Studies, January 30/February 2, 1984.

MALAN, Pedro & Bonelli, Régis. "Crescimento Econômico, Industrialização e Balanço de Pagamentos: O Brasil dos anos 70 aos anos 80" (mimeo), trabalho apresentado na Conferência "Oportunidades e Limites da Sociedade Industrial Periférica: O caso do Brasil", Nova Friburgo, julho de 1983, p. 59, 74 e 75.

REIS, Fábio W. "Mudanças Políticas no Brasil: Aberturas, Perspectivas e Miragens" (mimeo), trabalho apresentado na Conferência "Oportunidades e Limites da Sociedade Industrial Periférica: O Caso do Brasil". Nova Friburgo, julho de 1983, e Berkeley, fevereiro de 1984.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Pós-Revolução Brasileira". In: Jaguaribe, H. et al. *Brasil: Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro; José Olympio, 1985.

SCHMITTER, Philippe C. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1971, p. 204-205

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Hermínia. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança". In: Sorj, B. & Tavares de Almeida, Maria Hermínia (eds.). *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

VIANA, Luiz Jorge Werneck. "A OAB como Intelectual Coletivo: 1964-1980". IUPERJ, Relatório de Pesquisa, 1984.